

# Universidades querem R\$ 400 mi extras

Pedido foi encaminhado a Alckmin para contornar crise financeira na USP, Unesp e Unicamp; governo vê solicitação 'com ressalvas'

Victor Vieira

**ESTADÃO  
•edu**

Pressionados por uma grave crise financeira, os reitores das estaduais paulistas – USP, Unicamp e Unesp – pediram ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) aumento de quase R\$ 400 milhões no montante anual de repasses às universidades. O argumento para pleitear verbas extras é a expansão de câmpus e vagas desde 2001. O governo do Estado, porém, sinaliza que não vai liberar mais dinheiro.

A proposta dos reitores, que retoma reivindicações de 2005, foi encaminhada nesta semana à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e à Assembleia Legislativa. Para este ano, a previsão de repasses do Tesouro às estaduais é de cerca de R\$ 8,8 bilhões.

Uma das requisições dos reitores é elevar a cota da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das universidades, hoje em 9,57%. A sugestão é elevar a fração para 9,907%, o que renderia R\$ 290 milhões aos cofres das universidades, segundo a arrecadação deste ano. O aumento seria suplementado, em caráter de emergência, já no orçamento de 2014 e depois adicionado às previsões orçamentárias dos anos seguintes.

● **Mais verbas 1995**

foi o último ano em que as universidades estaduais paulistas conseguiram aumentar sua cota de ICMS. Em 1989, quando conquistaram a autonomia administrativa, a fração era de 8,4%. O valor foi elevado para 9% em 1993. Já as associações de docentes e funcionários reivindicam 11,6%.

O segundo pleito é acabar com descontos indevidos, segundo os reitores, feitos na cota de ICMS das universidades que vão para programas habitacionais, o que representa R\$ 100,7 milhões. A justificativa para reivindicar um total de R\$ 390 milhões é a forte expansão de câmpus e vagas nos últimos anos.

No ofício, os reitores cobram a promessa de 2005, de elevar o percentual de ICMS após a criação do câmpus de Limeira da Unicamp e da incorporação pela USP de faculdade estadual, hoje a Escola de Engenharia de Lorena, como o Estado revelou em junho. Também é citada a criação de sete câmpus na Unesp. O governo alega que as universidades não cumpriram a íntegra do acordo, que incluía a incorporação pela Unesp de duas escolas de Medicina.

**Entraves.** É o primeiro pedido oficial das universidades de recursos desde 2007. Delicada, a solicitação foi adiada desde o começo do ano, quando estourou a crise nas instituições. Antes, os reitores cortaram gastos e tentaram congelar salários de docentes e funcionários, o que foi revertido com a greve. O reitor da USP, Marco Antonio Zago, já havia dito neste mês que um apelo por verbas não era a melhor saída em curto prazo.

Alckmin disse ontem que a questão será discutida no Legislativo. "Passa primeiro pela Assembleia, pois é um tema que tem relação com a Lei Orçamentária." O ofício será anexado à proposta orçamentária do governo para 2015, que chegará à Assembleia até o dia 30. A próxima lei orçamentária deve ser votada até o fim de dezembro.

No governo, o pleito é visto com ressalvas, segundo apurou o Estado. O entendimento é de que primeiramente se deve melhorar a gestão nas universidades. Procurada, a pasta de Desenvolvimento disse que o pedido está sob análise. **COLABOROU RICARDO CHAPOLA**



Manifestação de grevistas. Sem conseguir congelar vencimentos, ideia é ampliar repasse do ICMS e reduzir descontos

## Reitores querem ampliar teto salarial para R\$ 26 mil

Dirigentes das estaduais dizem que a medida é necessária para manter talentos acadêmicos; limite é de R\$ 20,6 mil

Apesar do alto comprometimento das receitas das universidades com salários, outro pedido dos reitores foi o aumento do teto remuneratório nas instituições. O argumento dos dirigentes é de que essa medida garantiria a atratividade e a permanência de talentos acadêmicos

no ensino superior estadual.

Segundo a Constituição paulista, o teto é o rendimento do governador Geraldo Alckmin (PSDB), hoje em R\$ 20.662. O conselho de reitores pede que o limite seja de 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal, o que corresponde atualmente a R\$ 26.589. Para o ano que vem, a Corte ainda reivindica aumento de 22% nos vencimentos dos ministros.

A requisição atende a uma demanda antiga dos professores das estaduais, que ganham menos do que os docentes das uni-

versidades federais. Em geral, são os reitores, vice-reitores, pró-reitores e diretores de unidade que ganham perto do teto.

Segundo o documento, "torna-se necessário direcionar nossos esforços no sentido de incentivar a atividade, a permanência e a dedicação exclusiva". Os reitores pedem mudança na Constituição que permita o novo teto para os Executivos estadual e municipal, o que teria impacto nos cofres paulistas. Em protestos, líderes de funcionários e estudantes são críticos aos salários pagos a dirigentes.

**Fiscalização.** Neste ano, o Tribunal de Contas do Estado já rejeitou contas de USP, Unicamp e Unesp pelo pagamento de supersalários. A defé-

sa das universidades é de que os servidores citados pela Corte acumulam cargos de gestão, o que eleva os rendimentos.

Reduzir a massa salarial é o principal desafio das estaduais. As três gastam praticamente todas as receitas com a folha de pagamento, o que levou os reitores a proporem reajuste zero a docentes e funcionários em 2014. A pior situação é da USP, que compromete 105% dos repasses com salários. /v.v.



**NA WEB Portal.** Experts comentam pedido de mais verbas.

[estadao.com.br/e/verbausp](http://estadao.com.br/e/verbausp)